

Painel Temático Anped – 39ª Reunião Anual

POLÍTICA EDUCACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – 24 ANOS DE GOVERNOS DO PSDB

Carmen Sylvia Vidigal de Moraes
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Fernando Cássio
Universidade Federal da UFABC
Márcia Aparecida Jacomini
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Unifesp

Isabel Melero Bello
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Unifesp

Coordenadora: Márcia Aparecida Jacomini
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Unifesp

Resumo do Painel

Este painel tem como objetivo discutir aspectos centrais que caracterizam a política educacional da rede paulista de ensino no período de 1995 a 2018, nos governos do PSDB. A proposta articula-se ao trabalho que a Rede Escola Pública Universidade vem desenvolvendo desde sua criação em 2016 e à pesquisa “Política Educacional na Rede Estadual Paulista (1995-2018)”, financiada pela Fapesp.

Palavras-chave: Política Educacional; Estado de São Paulo; Rede Estadual de Ensino.

Resumos expandidos

Políticas educacionais no Estado de São Paulo: Gestão para resultados

Fernando Cássio
Universidade Federal do ABC
Márcia Aparecida Jacomini
Universidade Federal de São Paulo

Políticas curriculares no período 1995-2018: padronização, controle e resultados

Isabel Melero Bello
Universidade Federal de São Paulo

Políticas educacionais no Estado de São Paulo: ensino profissional

Carmen Sylvia Vidigal Moraes
Faculdade de Educação - USP

Políticas educacionais no Estado de São Paulo: Gestão para resultados

Fernando Cássio
Universidade Federal do ABC
Márcia Aparecida Jacomini
Universidade Federal de São Paulo

Resumo

Este trabalho visa analisar aspectos da política educacional do estado de São Paulo, no período 1995-2018, focalizando o Programa Educação - Compromisso de São Paulo, e, mais especificamente, o subprograma gestão para resultados baseada no MMR.

Palavras-chave: Política Educacional; Rede Estadual de Ensino de São Paulo; Método de Melhoria de Resultados (MMR).

Introdução

A Rede Escola Pública e Universidade (REPU), criada em 2016, congrega pesquisadores de universidades e professores da rede pública de educação básica do Estado de São Paulo, e tem como objetivo o estudo de políticas educacionais numa perspectiva crítica e em diálogo com os profissionais da educação básica pública. Como parte das atividades da REPU, em 2018 teve início a pesquisa “Políticas Educacionais na Rede Estadual Paulista (1995-2018)ⁱ, financiada pela Fapesp, cujo objetivo é analisar os elementos que perpassam o conjunto das ações da Secretaria da Educação de São Paulo, visando apreender as orientações, avanços e resistências à política educacional em seis gestões do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no governo estadual.

No período em estudo, as políticas neoliberais ganharam hegemonia no cenário nacional e têm orientado as políticas públicas. A Reforma do Estado, conduzida por Bresser-Pereira no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), redimensionou as funções do Estado na oferta de serviços e induziu a participação de outros agentes da sociedade civil na oferta e manutenção tanto de infraestrutura quanto de serviços públicos. A dimensão cultural da Reforma Gerencial significava acabar definitivamente com o patrimonialismo e fazer a transição de uma cultura burocrática para cultura gerencial da gestão pública (BRESSER -PREREIRA, 1998). No plano econômico, a Reforma do Estado buscava acomodar os interesses do capital em suas diferentes vertentes, especialmente o capital financeiro, estabelecendo novas regulamentações das relações capital-trabalho, com vistas a novos investimentos por meio de privatizações dos serviços públicos (MORAES, 1996; DOWBOR, 2008). No que se refere à temática da pesquisa, dois elementos incidem mais diretamente: a transferência da oferta de serviços públicos para o setor privado e a introdução dos pressupostos da Nova Gestão Pública (NGP), ou gerencialismo, na gestão da educação. A NGP apresenta-se como uma proposta de reorganização do setor público com vistas a incidir sobre sua eficiência, por meio de mecanismos de responsabilização dos “prestadores de serviço”, de diminuição dos gastos com o setor público via alteração no papel desempenhado pelo Estado (ABRUCIO, 2007).

No marco das políticas neoliberais, da Reforma do Estado, da NGP e dos pressupostos políticos e filosóficos que têm sustentado as políticas educacionais de governos do PSDB nas diferentes esferas administrativas, é relevante pesquisar a política educacional paulista num período histórico amplo e envolvendo diferentes dimensões das ações realizadas pela Secretaria de Educação (SEDUC-SPⁱⁱ), com vistas a compreender as finalidades e vigências das políticas,

bem como as resistências suscitadas. Dados os limites deste painel temático, bem como da própria pesquisa, em fase de desenvolvimento, o objetivo deste texto é analisar um aspecto mais recente da política educacional paulista e que é representativo da perspectiva gerencialista na gestão das escolas estaduais: o Programa Gestão em Foco e o seu Método de Melhoria de Resultados (MMR).

Metodologia, resultados e discussão

A pesquisa apoia-se em metodologia quanti-qualitativa com realização de estudo documental e bibliográfico, análises estatísticas de dados sociais e educacionais e pesquisa de campo com aplicação de entrevistas (LAKATOS, MARCONI, 2001; BOGDAN, BIKLEN, 1994). Para a construção deste texto, e focalizando a política de gestão para resultados mais recentes da SEDUC-SP – o Método de Melhoria de Resultados (MMR), utilizamos estudo documental (processos administrativos da SEDUC-SP), bibliográfico e também entrevistas com diretores escolares, coordenadores e professores de Língua Portuguesa e Matemática realizadas nas Diretorias de Ensino (DE) Leste 1, 2, 4 e 5 (na cidade de São Paulo); e Guarulhos-Norte e Guarulhos-Sul.

Durante os governos do PSDB no Estado de São Paulo, nos últimos 24 anos – 1995-2018, podemos destacar dois importantes momentos de implementação de políticas educacionais que marcaram os rumos da educação paulista: em 1995, a reorganização das escolas, separando-as em escolas de ensino fundamental (anos iniciais) e escolas de ensino fundamental (anos finais) e médio, promovida pela reforma de racionalização da estrutura administrativa e mudanças nos padrões de gestão; em 2011, o Programa Educação – Compromisso de São Paulo (PECSP), instituído em 15 de outubro de 2011, por meio do Decreto n. 57.571 (SÃO PAULO, 2011), sob a influência direta de organizações da sociedade civil, cujo conjunto de políticas educacionais objetiva reorganizar o ensino público estadual e destacá-lo no contexto mundial a partir dos resultados das avaliações padronizadas. A reorganização da rede de ensino em 1995 foi diretamente influenciada pelo movimento mais geral de Reforma do Estado. Setores da sociedade civil vinculados ao capital participam da definição da política e de sua implementação, por meio de parcerias entre o Estado e instituições privadas que desenham a política e, em alguns casos, realizam a sua implementação nas instâncias intermediárias da SEDUC-SP.

Com o propósito de melhorar a qualidade da educação paulista, o PECSP de 2011, sob o slogan “Gestão de resultado com foco no desempenho do aluno”, se desdobrava em cinco pilares: 1. Gestão de pessoas; 2. Gestão pedagógica com foco no aluno; 3. Educação integral; 4. Gestão organizacional e financeira; 5. Mobilização e engajamento da rede e da sociedade em torno do processo de ensino e de aprendizagem (SÃO PAULO, 2011). Como parte do eixo Gestão organizacional e financeira, houve a reestruturação da Secretaria de Educação e a criação do Comitê de Políticas Educacionais (CPE), cuja finalidade era garantir a participação de organizações da sociedade civil vinculadas ao capital na definição de políticas e metas educacionais para a rede estadual paulista (SÃO PAULO, 2011).

A gestão pedagógica com foco no aluno foi desenvolvida com a implementação do Programa Ensino Integral (PEI) (SÃO PAULO, 2012), envolvendo três eixos de ação: 1. Gestão Escolar, com foco na elaboração de instrumentais (Plano de Ação, Programa de Ação, Guias de Aprendizagem, Agendas Bimestrais) e no cumprimento de prioridades, metas, indicadores, prazos, estratégias e responsabilidades para o alcance de resultados; 2. Gestão de Pessoas, que reestrutura a jornada do quadro do magistério, cria novas funções/ atribuições aos cargos e condiciona a participação no programa à realização de metas pré-estabelecidas; 3. Gestão

Pedagógica, centrada na formação do estudante, implementa o Projeto de Vida (plano de futuro acadêmico e profissional para estudantes) e o Protagonismo Juvenil (estímulo à autogestão do aprendizado) (SÃO PAULO, 2011).

Em março de 2014, a SEDUC-SP encaminhou uma proposta de convênio com a Associação Parceiros da Educação (APE) “visando a conjugação de esforços para o desenvolvimento de atividades inerentes ao PECSP”ⁱⁱⁱ. O convênio tencionava estender o “apoio especializado” da APE, antes focalizado no PEI, a todos os demais pilares do PECSP^{iv}.

As ações propostas pela SEDUC-SP para o Pilar 2, Gestão Pedagógica – foco do presente texto – incluíam: 2.1) Apoio na formação do [Programa] Ler e Escrever; 2.2) Apoio no fortalecimento do [Programa] Currículo+; 2.3) Elaboração de banco de itens para Saesp e AAPs (Avaliação da Aprendizagem em Processo); 2.4) Plataforma Foco Aprendizagem; 2.5) Projeto SMS Escola; 2.6) Projeto aplicativo Mobile Corretor de AAPs; 2.7) Programa de gestão de acompanhamento pedagógico (gestão para resultados); 2.8) Programa de Recuperação de Aprendizagem. Cada uma das ações inicialmente planejadas possuía suas metas intermediárias.

A análise de como este planejamento inicial veio a se transformar, ao longo do desenvolvimento do convênio entre a SEDUC-SP e a APE, na forma atual do PECSP está fora dos propósitos deste texto, sendo suficiente dizer que, após sucessivas reorganizações nas ações referentes ao Pilar 2, a ação 2.5 (no planejamento inicial, 2.7) tornou-se um dos programas mais importantes da SEDUC-SP nas escolas da rede estadual. É o Programa Gestão em Foco, cuja linha de ação ganhou o nome de Método de Melhoria de Resultados (MMR).

Iniciado em 77 escolas da Diretoria de Ensino (DE) Leste 4 (São Paulo/SP) no ano de 2016 e expandido para 2.229 escolas no ano de 2018 (SÃO PAULO, 2018), o MMR, propõe um esquema de oito etapas para enfrentar os fatores que impedem que a escola alcance as metas estabelecidas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo – Idesp. Segundo a Falconi Educação, assessoria educacional subcontratada da APE e responsável pela implantação do MMR na rede estadual paulista, a média dos alunos das escolas da DE Leste 4 no Idesp 2016 registrou crescimento de 15% em comparação a 2015.

O MMR busca capilarizar a cultura avaliativa da SEDUC-SP ao nível das escolas, envolvendo profissionais da educação, famílias e estudantes no monitoramento dos indicadores quantitativos de fluxo e de aprendizagem (Língua Portuguesa e Matemática). Além do Saesp, avaliação anual, as AAPs aplicadas três vezes ao ano permitem monitorar os indicadores referentes às habilidades de leitura e matemática e construir uma cadeia de responsabilização que atinge os professores de Língua Portuguesa e Matemática e, por intermédio destes, os próprios estudantes.

Na entrada de todas as escolas, painéis informam famílias, alunos e professores sobre as metas estipuladas e o que a escola está fazendo para atingi-las. O MMR exige que as escolas construam planejamentos estratégicos para o ano letivo, e passa por etapas como identificar desafios, planejar formas para superá-los e implantar as soluções elaboradas. Além das escolas, as DE também desenvolvem planos próprios de ação (com metas e cronograma), expostos na sede da Diretoria e à vista das comunidades escolares.

As entrevistas com diretores, coordenadores e professores de escolas em que se implantou o MMR, incluindo a DE Leste 4, onde se realizou o projeto piloto em 2016, revelam a percepção comum de que o MMR é uma política educacional de “custo zero”. Foram entrevistados diretores e diretoras favoráveis e críticos às políticas de gestão para resultados, e todos afirmaram que o MMR não permite que as escolas desenvolvam planos estratégicos que exijam, por exemplo, a compra de materiais paradidáticos ou de equipamentos necessários para a implementação das ações de melhoria de resultados nas unidades escolares. De fato, uma vez

desenvolvido o método pela assessoria subcontratada da APE, a SEDUC-SP passou a gerir o programa e a replicá-lo no restante da rede estadual.

Outra característica do MMR é que não são passíveis de levantamento como problemas das escolas (a causa-raiz) questões extraescolares como infraestrutura, baixos salários ou condições de trabalho dos profissionais da educação. O método prescreve que as causas-raiz devem ser problemas cuja resolução pode se dar por ações no interior da própria escola. Alguns diretores e professores, conhecendo os verdadeiros problemas de suas escolas, relatam a invenção de causas-raiz nas planilhas do MMR cuja ação de melhoria era um projeto já realizado na escola. Por exemplo, uma escola da DE Leste 2 tem grandes problemas de fluxo (evasão escolar) causado pela instabilidade dos empregos na região, um bairro “de passagem”. As matrículas nesta escola dependem dos empregos dos pais e mães dos estudantes. Uma vez desempregados, as matrículas das crianças são transferidas para escolas mais próximas aos seus bairros de residência. Embora esta seja a causa-raiz pelos indicadores de fluxo problemáticos da escola, a opção foi por identificar um problema de aprendizagem em Matemática – igual ao de todas as outras escolas da região – e propor um pequeno projeto sobre economia doméstica, evitando assim as pressões da supervisão escolar sobre os professores e professoras de Língua Portuguesa, que estavam com diversos projetos em andamento na escola.

Diversas estratégias de treinamento para as AAPs, e também de burla, foram relatadas nas entrevistas, incluindo simulados com as mesmas questões da prova (recebidas antes pelos professores), ajuda aos alunos durante a realização da prova e o estabelecimento de cronogramas de aulas para o treino de habilidades, concorrendo com o planejamento dos professores e com o próprio currículo centralizado da rede estadual. Alguns professores veem o sentido pedagógico de seu trabalho se esvair em meio à necessidade de entregar resultados que não refletem aquilo que de fato acontece nas salas de aula.

A racionalidade do MMR aposta em uma relação causal entre metas, ações e resultados, sem se preocupar com intencionalidades pedagógicas ou com o fato de que os indicadores quantitativos são influenciados por fatores intra- e extraescolares que a metodologia não dá conta de tratar. O resultado é que as mostras de “boas práticas” do MMR, realizadas anualmente pelas DE em escolas privadas sob a sua jurisdição, exibem metas, ações e resultados nas escolas (em geral, indicadores em curva ascendente), mas de fato não conseguem evidenciar a causalidade entre ações e resultados. De acordo com o que esta pesquisa tem levantado nas escolas, não é surpreendente que isso aconteça.

Considerações finais

Todas as ações de “gestão pedagógica” propostas pela SEDUC-SP no âmbito do PECSP se relacionam ao desenvolvimento de tecnologias para a gestão de currículos e das avaliações em larga escala e para o monitoramento de indicadores quantitativos. Quando a SEDUC-SP propõe um convênio para a execução de políticas cujo objeto e linguagem são próprios das assessorias educacionais privadas, a dificuldade de distinguir discursos de agentes públicos e privados sugere que a lógica do privado foi totalmente incorporada nas práticas gestonárias da SEDUC-SP. A extensão da análise a meados da década de 1990, em andamento, tem procurado historicizar essa incorporação e o desenvolvimento de concepções gerenciais e de uma cultura de avaliação na SEDUC-SP ao longo dos anos.

No exemplo em tela, o MMR, temos observado como a política gerencial se desenvolve no âmbito das escolas. Se o objetivo do programa é superar as barreiras entre as políticas de avaliação da rede de ensino e as práticas das escolas, a racionalidade causal das políticas gerencialistas é desafiada quando as mesmas são colocadas em ação nas escolas.

Referências

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 41, n. spe, p. 67-86, 2007.

BRESSER-PERREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo / Brasília: Editora 34 / ENAP, 1998.

DOWBOR, L. A crise financeira sem mistérios: convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais. *Economia Global e Gestão*, Lisboa, v. 13, n. 3, p. 9-38, 2008.

MORAES, R. C. C. O liberalismo clássico, o mercado e a intervenção estatal. *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, n. 57M p. 709-725, 1996.

SÃO PAULO. *Decreto n. 57.571, de 2 de dezembro de 2011*. Diário Oficial do Estado de São Paulo, Seção 1, p. 14, 3 dez. 2011.

_____. *Lei Complementar n. 1.191, de 28 de dezembro de 2012*. Diário Oficial do Estado, São Paulo, Seção 1, p. 1, 29 dez. 2012.

_____. *Programa gestão em foco é expandido para 2.299 escolas da rede*. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/programa-gestao-em-foco-e-expandido-para-2-299-escolas-da-rede/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

Políticas curriculares no período 1995-2018: padronização, controle e resultados

Isabel Melero Bello
Universidade Federal de São Paulo

Resumo: O texto analisa as políticas curriculares do estado de São Paulo entre 1995-2018, período em que governadores do PSDB se revezaram no comando do governo. Analisa programas e projetos educacionais e suas consequências sobre a rede de ensino.

Palavras-chave: Políticas Curriculares; Programas e Projetos; Estado de São Paulo.

Introdução

Este resumo expandido é parte de pesquisa mais ampla que está em desenvolvimento^v e que trata da política educacional do estado de São Paulo implementada no período 1995-2018 sob o comando do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Tem como foco compreender as ações adotadas no período no que se refere a programas e projetos que nortearam os currículos adotados no estado, assim como identificar os atores envolvidos e as formas de orientar as escolas no sentido de direcionar professores e gestores escolares para atingir suas metas. Ainda, procura analisar o contexto em que tais ações foram geradas, seus objetivos e princípios. Tem por objetivo apresentar dados que auxiliem a compreender os caminhos traçados pela Secretaria de Educação de São Paulo (SEDUC/SP), em particular, aqueles que definiram a política curricular das escolas públicas estaduais paulistas. É importante ressaltar que ao longo de mais de 20 anos o estado esteve sob o comando de um mesmo partido que, até 2018, seguiam os mesmos posicionamentos ideológicos em relação à condução da máquina pública.

O texto foi organizado em três seções, além desta introdução. Na primeira, a metodologia adotada é discutida a fim de esclarecer os caminhos seguidos pela pesquisa, suas fontes e formas de análise. Na sequência, as políticas curriculares do governo Covas, Alckmin e Serra são analisadas, dados os impactos provocados na educação pública do estado. Por fim, nas considerações finais, são apresentadas reflexões sobre as consequências das novas formas de governar e suas implicações sobre a educação paulista, seus alunos, professores e gestores.

Metodologia

A pesquisa adotou abordagem qualitativa por envolver análise de fontes primárias e secundárias. Conforme Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa se divide em documental (fontes primárias) e bibliográfica (fontes secundárias). O caráter qualitativo da pesquisa se voltou para a análise do objeto, tendo em foco os atores envolvidos nas políticas curriculares ao longo do período analisado e suas posições nas *redes de políticas* constituídas (BALL, 2014). O conceito de redes de políticas é um importante dispositivo metodológico e analítico que auxilia a compreender esses novos tempos em que a ideia de Estado supera seu próprio território. Esse conceito permite desvelar as relações de poder que estão em disputa na educação transformada em mercado promissor para várias frentes de interesse. Segundo Ball (2014, p.29),

Redes de políticas são um tipo de “social” novo, envolvendo tipos específicos de relações sociais, de fluxos e movimentos. Eles constituem comunidades de políticas, geralmente baseadas em concepções compartilhadas de problemas sociais e suas soluções...Por meio delas, é dado espaço a novas vozes dentro do discurso da política. Novas narrativas sobre o que conta como uma “boa” política são articuladas e validadas.

A análise documental englobou a legislação educacional produzida no período no âmbito do estado de São Paulo. Procedeu-se na perspectiva de Cellard (2008), mediante cinco dimensões de análise: a conjuntura política, econômica, social, cultural que propiciou a produção de determinado documento, o autor/autores que o produziram (de onde ele fala, quem representa, interesses), a confiabilidade e autenticidade do texto, sua natureza (jurídica, teológica, política) e os conceitos-chave e a lógica interna do texto. As fontes secundárias (artigos) foram fundamentais no sentido que apresentaram perspectivas e análises de um determinado programa ou projeto do período investigado e que, em seu conjunto, auxiliaram a compreender, de forma relacional, as políticas curriculares empreendidas na rede de ensino paulista.

Discussão

A política curricular é uma das facetas da política educacional de suma importância. Portanto, sua investigação significa desvelar a maneira como o Estado procura mudar a prática educativa. Essa questão não é menor, pois vai definir a política cultural que será responsável pela formação de várias gerações (SOUZA, 2006). Por isso, o currículo é motivo de disputa entre grupos que desejam determinar o que é ou não legítimo em termos de conhecimento escolar (SILVA, 1999).

Nesse sentido, a partir do momento em que o PSDB assumiu o governo paulista, reformas educacionais/curriculares foram realizadas. A longa permanência do partido permitiu que a educação de São Paulo se transformasse em campo de aplicação e materialização de seus posicionamentos em relação à administração da máquina pública. A partir de um ideário neoliberal, privatização, avaliação de resultados, eficiência e eficácia, otimização de recursos, gerenciamento, passaram a fazer parte do discurso e das ações dele decorrentes.

No período 1995-2018, o estado de São Paulo contou com cinco governadores (Geraldo Alckmin governou São Paulo em três períodos) e sete secretários da educação. Todos (com exceção de Maria Lúcia Vasconcelos, secretária da educação na gestão de Claudio Lembo) já haviam assumido cargos políticos em, pelo menos, uma das instâncias públicas e compartilhavam posicionamentos semelhantes. Inicia-se, também, a participação cada vez mais efetiva de entidades privadas em vários projetos da Secretaria, os chamados “parceiros” pela SEDUC/SP.

Algumas gestões se destacaram, dadas as profundas mudanças/rupturas que realizaram na educação pública paulista. Outras, por sua vez, procuraram manter o direcionamento das gestões que as antecederam.

Partindo dessas considerações, programas das gestões dos governos Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra serão analisados na próxima seção, tendo em vista seus impactos sobre a rede.

Reformas curriculares no estado de São Paulo: os governos Covas, Alckmin e Serra

A longa permanência do PSDB no comando do estado de São Paulo iniciou com Mário Covas (1995-1998/1999-2000). Teresa Roserley Neubauer da Silva permaneceu como secretária de educação durante todo seu governo e esteve à frente da condução da implementação da reforma educacional no estado. Como pesquisadora, já prestou assessoria a entidades como a Unicef e Banco Mundial. Também assessorou o MEC em vários projetos.

Mediante leis, decretos e resoluções, a educação paulista sofreu uma série de mudanças como a inserção da Progressão Continuada no Ensino Fundamental, reorganização da estrutura física da rede, implantação de classes de aceleração, criação do Programa de Parceria Educacional Estado-Município e incentivo à municipalização do Ensino Fundamental de ciclo

I, reclassificação de alunos no ensino fundamental e médio e a criação do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP).

Essas mudanças, sobretudo a reorganização da rede, revoltaram alunos, professores e pais que tiveram seu cotidiano profundamente alterado sem serem consultados sobre isso (ADRIÃO, 2006).

A criação do SARESP em 1996 também causou forte impacto na rede, provocando a mobilização das escolas em torno de resultados satisfatórios nas avaliações.

A gestão de José Serra (2007-2010) foi um divisor de águas para educação paulista. Segundo Russo e Carvalho (2012), foi “uma nova fase da política para a educação pública estadual paulista” (p.278). Dois atores que merecem destaque nessa gestão como secretários da educação são Maria Helena Guimarães de Castro e Paulo Renato Souza. Ambos já haviam assumido cargos no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Paulo Renato Souza foi assessor no Banco Mundial e ministro da educação durante todos os oito anos de FHC na presidência. Sobre isso, Sanfelice (2010, p.148) esclarece que:

Quando o PSDB perdeu o mando do poder executivo federal, os governadores eleitos do partido deram continuidade às reformas educacionais estaduais com uma certa coerência em relação ao que se vinha fazendo em âmbito federal. No caso do estado de São Paulo esta permanência de orientação dá-se até os dias de hoje e com grande participação de agentes que atuaram no governo FHC.

Em seu governo, Serra estabeleceu 10 metas que deveriam ser cumpridas até 2010 e 10 ações para atendê-las. Dentre essas ações, estava uma proposta curricular que compôs o projeto denominado *São Paulo faz escola*. Sua concepção foi elaborada por Maria Inês Fini, Guiomar Namó de Melo, Lino de Macedo, Luiz Carlos de Menezes e Ruy Berger (SIMPLICIO; CIAMPI, 2015), atores que já circularam em cargos nas instâncias públicas e privadas e que compartilhavam ideias e concepções comuns, ocupando posições diversas na rede de políticas (BALL, 2014) constituída.

As ações do projeto compreendiam uma série de decisões voltadas para a organização didático-pedagógica das escolas. Para circular o discurso elaborado, não bastaria apenas produzir prescrições legais (SOUZA, 2006). Assim, vários materiais instrucionais foram elaborados. Além do *Jornal do Aluno*, foi criada, também, a *Revista do Professor*, que depois foi denominada de *Caderno do Professor*. Organizado e publicado para todas as disciplinas escolares do currículo do II Ciclo do Ensino Fundamental (5o ao 9o ano) e Ensino Médio, a partir de 2008, o material foi distribuído em todas as escolas, disciplinarmente, um para cada bimestre, totalizando quatro exemplares no ano. Seu conteúdo abrangia sequências didáticas, sugestões de trabalho em sala de aula e apresentava as competências e habilidades que seriam desenvolvidas pelo aluno a cada atividade. Esse material foi distribuído nas escolas até 2018, na 3ª. passagem de Alckmin (2011-2014/2015-2018) pelo governo paulista. Percebe-se, assim, que os *Cadernos* eram, na concepção da SEDUC/SP, o currículo do estado de São Paulo. Caberia ao professor, somente, tal qual uma receita, restringir-se a seguir o material.

Por fim, na gestão de Alckmin (2011-2018), foi criado o Programa Ensino Integral – PEI (SÃO PAULO, 2012a; 2012b). Segundo a SEDUC/SP, a intenção do Programa foi a de oferecer um novo modelo de escola pública para a população e um regime mais atrativo na carreira do magistério. A proposta visava à formação de pessoas autônomas, responsáveis e comprometidas com a sociedade, empreendedoras e que tenham metas para o futuro, tendo em vista suas aptidões. Os estudos de Giroto (2018), no entanto, revelaram que o PEI não tem atingido seu objetivo, pois,

...é possível verificar que a maior parte das unidades PEI está localizada em áreas de urbanização consolidada, com maior disponibilidade de bens, serviços e equipamentos públicos e privados,

que garantem maiores oportunidades de acesso e de realização do direito à cidade. Tal disposição das escolas vai na contramão das recomendações do PNE (2014-2024), que orienta para que as unidades escolares de Ensino Integral sejam alocadas em áreas de alta vulnerabilidade social. (p.06)

Além disso, essa distribuição tem contribuído para ampliar a desigualdade dentro da própria rede:

... grande parte dos estudantes que evadem das PEI migram para a escola estadual de tempo parcial mais próxima, separando perfis distintos de estudantes em cada um dos dois tipos de escolas. Além disso, a pressão exercida sobre os estudantes que permanecem nas unidades é muito grande... (p.13)

Questiona-se, assim, quais seriam, de fato, as reais intenções do projeto. Segundo dados levantados por Giroto (2018), os resultados alcançados pelos alunos que frequentam escolas que estão no Programa atingem desempenho muito superior nas avaliações externas do que aqueles que não estão. Seria esse o objetivo da SEDUC/SP?

Considerações finais

As políticas educacionais envolvem vários aspectos que só podem ser analisados de forma relacional. No que se refere à gestão da educação pública do estado de São Paulo no período em questão, vários pontos que compõem a estrutura educacional paulista foram atingidos: espaços físicos (redução do número de escolas), profissionais da educação (diminuição do número de funcionários), saberes escolares e práticas pedagógicas (padronização do currículo mediante instrumentos de controle do trabalho do professor e ênfase nos resultados das avaliações externas), além da crescente participação da iniciativa privada na condução da educação pública.

O grupo que liderou tais ações ao longo de mais de 20 anos se revezou no governo ou se mantiveram como aliados, mesmo estando fora do governo. Compartilham ideias e interesses que se coadunam com os tempos neoliberais. Assim, a educação pública paulista não foi tratada como um direito público e como responsabilidade do Estado, mas sim como uma estrutura que deveria responder com resultados que pudessem ser mensuráveis e comparáveis entre si.

Enfim, considera-se que os currículos escolares, quando entendidos e formulados em perspectiva mais ampla, que considere a população a quem se destina, o lugar geográfico que ocupam, suas culturas, e se elaborado de forma democrática, é uma das possibilidades, ainda que não a principal, de a população mais vulnerável confrontar as barreiras provocadas pela desigualdade socioeconômica a que são sujeitas em nosso país. O que temos presenciado, no entanto, é uma escola pública paulista que tem barrado, de várias formas, a emancipação dos sujeitos, nos termos apresentados por Adorno (1995).

Referências

ADORNO, T. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ADRIÃO, T. *Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado*. São Paulo: Xamã, 2006.

ALMEIDA NETO, A.S.; CIAMPI, H. A história a ser ensinada em São Paulo. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 31, n. 01, p.195-221, Janeiro-Março 2015.

BALL, Stephen J. *Educação Global S. A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal*. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014. 270 p.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008, p.295-316.

GIROTTO, E. D. et al. Escola, geografia e desigualdade: o caso do programa de ensino integral do estado de São Paulo. In: *XV Coloquio Internacional de Geocrítica. Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista*. Barcelona, 7-12 de mayo de 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, A. *Metodologia do trabalho científico: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2001, 249 p.

RUSSO, M.; CARVALHO, C. Reforma e políticas de educação do governo do estado de São Paulo (2007-2011). *Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande*, MS, n. 34, p. 275-289, jul./dez. 2012.

SANFELICE, J. L. A política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos. *Nuances: estudos sobre Educação*, v. 17, n. 18, p. 146-159, jan./dez. 2010.

SÃO PAULO (Estado). *Lei Complementar nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012*. Institui o Regime de dedicação plena e integral - RDPI e a Gratificação de dedicação plena e integral - GDPI aos integrantes do quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de ensino médio de período integral, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=165008>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

_____. *Lei complementar nº 1.191, de 28 de dezembro de 2012*. Dispõe sobre o Programa Ensino Integral em escolas públicas estaduais e altera a Lei Complementar nº 1.164, de 2012, que instituiu o Regime de dedicação plena e integral - RDPI e a Gratificação de dedicação plena e integral - GDPI aos integrantes do Quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de ensino médio de período integral, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1191-28.12.2012.html>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

SILVA, T.T. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 154 p.

SOUZA, R F. Política curricular no estado de São Paulo nos anos 1980 e 1990. *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n. 127, p. 203-221, jan./abr. 2006.

Políticas educacionais no Estado de São Paulo: ensino profissional

Carmen Sylvia Vidigal Moraes
Faculdade de Educação - USP

Resumo

Analisa as políticas de educação profissional desenvolvidas pelos governos do Estado de SP (1995-2018), e focaliza as medidas voltadas à organização do ensino profissional técnico de nível médio e dos cursos de formação inicial e continuada do CEET.

Palavras-chave: Política Educação Profissional; Rede Estadual de Ensino de São Paulo; Centro Paula Souza.

Introdução

A Rede Escola Pública e Universidade (REPU), criada em 2016, congrega pesquisadores de universidades e professores da rede pública de educação básica do Estado de São Paulo, e tem como objetivo o estudo de políticas educacionais numa perspectiva crítica e em diálogo com os profissionais da educação básica pública. Como parte das atividades da REPU, em 2018 teve início a pesquisa “Políticas Educacionais na Rede Estadual Paulista (1995-2018), financiada pela Fapesp, cujo objetivo é analisar os elementos que perpassam o conjunto das ações da Secretaria da Educação de São Paulo, visando apreender as orientações, avanços e resistências à política educacional em seis gestões do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no governo estadual.

No período em estudo, as políticas neoliberais ganharam hegemonia no cenário nacional e têm orientado as políticas de Estado. A Reforma do Estado, conduzida por Bresser-Pereira no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), redimensionou as funções do Estado na oferta de serviços e induziu a participação de outros agentes da sociedade civil na oferta e manutenção tanto de infraestrutura quanto de serviços públicos. A dimensão cultural da Reforma Gerencial significava acabar definitivamente com o patrimonialismo e fazer a transição de uma cultura burocrática para cultura gerencial da gestão pública (BRESSER-PREREIRA, 1998). No plano econômico, a Reforma do Estado buscava acomodar os interesses do capital em suas diferentes vertentes, especialmente o capital financeiro, estabelecendo novas regulamentações das relações capital-trabalho, com vistas a novos investimentos por meio de privatizações dos serviços públicos (MORAES, 1996; DOWBOR, 2008).

No marco das políticas neoliberais, da Reforma do Estado, da NGP e dos pressupostos políticos e filosóficos que têm sustentado as políticas educacionais de governos do PSDB nas diferentes esferas administrativas, é relevante pesquisar a política educacional paulista num período histórico amplo, envolvendo diferentes dimensões das ações realizadas pela Secretaria de Educação (SEDUC-SP) e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, à qual se vincula o Centro Paula Souza/CPS, com vistas a apreender o movimento das políticas direcionadas às diferentes modalidades da educação profissional técnica de nível médio, na sua relação com as normativas e diretrizes do governo federal nos distintos períodos que constituem a cronologia definida.

O Centro Paula Souza/CPS, criado em 1976, é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, com autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar. Na sua origem, a instituição não era responsável por cursos técnicos de nível médio, estando sob sua jurisdição apenas as Faculdades de Tecnologia. Essa atribuição foi assumida gradativamente face ao

descaso ou dificuldade encontrada pela Secretaria da Educação para continuar administrando a rede de ensino técnico existente no Estado após os sucessivos percalços desencadeados pela Lei 5692-1971 (profissionalização compulsória no ensino de 2º. Grau). Assim, o CPS assumiu inicialmente, um grupo restrito de 18 escolas técnicas. Nos anos 1990, a Secretaria da Educação abre mão das restantes escolas da rede estadual de ensino técnico, que passam a fazer parte do quadro da Secretaria de Ciência e Tecnologia (CNM/REDE UNITRABALHO, 1999, p. 234).

O CPS está presente, hoje, em 321 municípios e administra 223 Escolas Técnicas (Etecs) e 73 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), com mais de 297 mil alunos em cursos técnicos de nível médio e superiores tecnológicos. Nas Etecs o número de matriculados ultrapassa 213 mil estudantes nos Ensinos Técnico, Médio e Técnico Integrado ao Médio, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial, online, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e especialização técnica. As Etecs oferecem 151 cursos, voltados a todos os setores produtivos públicos e privados. Já as Fatecs atendem mais de 84 mil alunos matriculados em 77 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como Construção Civil, Mecânica, Informática, Tecnologia da Informação, Turismo, entre outras. Além da graduação, o CPS oferece cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão^{vi}.

Metodologia, resultados e discussão

A análise, realizada em perspectiva sócio-histórica, tem como pressuposto que a apreensão das políticas públicas e da forma como são concebidas, formuladas e executadas está relacionada ao modo de operar do Estado. Isto significa dizer que a concepção que se tem de Estado orienta a análise das formas de ação estatal e do seu nível de intervenção na sociedade por meio das políticas públicas. Entende-se, em perspectiva gramsciana, que as relações entre Estado, no sentido restrito, e sociedade civil são determinantes nos processos de formulação e implementação de políticas, na medida em que condicionam o tipo de atuação estatal/governamental^{vii}.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, realiza-se estudo documental e bibliográfico relativo à legislação educacional nacional e estadual, aos projetos e propostas educativas implementados na rede e no Centro Paula Souza, e está sendo consultada a bibliografia sobre a política educacional em geral e sobre a educação profissional na rede estadual.

O texto apresenta algumas reflexões iniciais sobre o processo de organização institucional e pedagógica do CPS, com ênfase nas propostas curriculares desenvolvidas no ensino técnico de nível médio, em suas diferentes modalidades. Nessa perspectiva, desenvolve breve histórico das principais mudanças legais e sua incidência na política de ordenação institucional, para, em seguida, concluir com problematizações relevantes ao encaminhamento da pesquisa.

Durante os governos do PSDB no Estado de São Paulo, nos últimos 24 anos (1995-2018), é possível destacar alguns momentos importantes na configuração institucional do CPS na sua relação com as políticas federais de organização da educação profissional. Até a vigência do Decreto 2208/1997, o ensino técnico profissional era oferecido simultaneamente e de forma integrada ao ensino médio geral, nas redes de escolas técnicas federal e estaduais, de modo a atender à formação profissional nas áreas de serviço, indústria e agricultura. Para se adequar às determinações da nova Lei das Diretrizes e Bases de 1996 e do Decreto federal, o governo do Estado de São Paulo promoveu a realização de mudanças nas escolas estaduais, bloqueando as matrículas nas séries iniciais dos cursos de 2º. Grau profissionalizantes, ao mesmo tempo que determinou a separação entre o ensino médio e o ensino técnico.

No caso do CPS, levando em conta a legislação federal e a Resolução n. 119/97, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, foram realizadas as mudanças previstas:

manutenção do ensino médio de forma paralela, com matrículas em separado, nas escolas da rede estadual, com funcionamento no turno matutino, reservando os turnos vespertinos e noturno para o ensino profissional, este último voltado preferencialmente para o alunado que já houvesse concluído o ensino médio e que trabalhasse durante o dia. A medida visava dar maior funcionalidade à rede, racionalizando seus recursos e, ao mesmo tempo, adequando-a à legislação federal e às normatizações estaduais. O ensino técnico passava a ter currículo próprio, organizado não mais a partir de disciplinas acadêmicas, mas sob forma modular, com base no modelo das competências, com carga mínima prevista na legislação (Parecer CNE, no. 5, 1997)^{viii}.

A partir de 1999, nos últimos 20 anos, o CPS, por intermédio da Unidade do Ensino Médio e Técnico /CETEC, realiza o trabalho de elaboração e de reelaboração curricular por meio do “Laboratório de Currículo” “junto a especialistas e a instituições, públicas e privadas, priorizando a formação de parcerias” (DEMAI, 2019, p. 34). Em 2000, com a publicação dos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, pelo Ministério da Educação, houve a explicitação mais clara do objetivo de romper com o paradigma do Currículo da Educação Profissional Técnica /EPT focado em “conteúdos a serem ensinados”, substituindo-o pelo novo “paradigma em implantação”, com foco nas competências a serem desenvolvidas, nos saberes a serem construídos – “saber, saber ser e saber fazer”. Nessa direção, de acordo com os referenciais, o currículo “deixa de ser um fim a ser alcançado, simples rol de conteúdos ensinados e aprendidos” (DEMAI, 2019, p. 24) para significar “um conjunto de situações-meio, pedagogicamente concebidas e organizadas para promover aprendizagens profissionais significativas” (BRASIL/MEC, 2000, p. 11).

Por quase uma década, a organização da EPT de nível médio foi orientada pela tríade – “competências”, “habilidades” e “bases tecnológicas” -, e construída a partir de categorias denominadas “áreas profissionais”, seguindo os parâmetros dos organismos multilaterais, em especial o Banco Mundial /BIRD, e as “mudanças conceituais” introduzidas pelo *Livro Branco*, da Comunidade Europeia, em 1995. No governo Lula, há a emissão do novo decreto – n. 5154/2004 - que substitui medida anterior e reintegra a educação profissional técnica ao ensino médio, mas apenas em 2008, com a Resolução CNE, CEB n. 3, de 9 de julho de 2008, e o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos/ CNCT do MEC, o paradigma da EPT de nível médio foi remodelado, substituindo-se as “áreas profissionais” por “eixos tecnológicos”, com vistas à superação do modelo das competências pela concepção de *politecnia* ou “núcleo politécnico comum para cada eixo tecnológico” (MACHADO, 2010, p. 93).

Na avaliação crítica do Centro Paula Souza, tanto os Referenciais Curriculares de 2000 como o CNTC de 2008 não traziam “informações suficientes para uma padronização curricular”. Por isso, o CPS iria utilizar, para os cursos técnicos, “uma metodologia híbrida de estudos e formulações curriculares, buscando, além dos (...) referenciais legais, pesquisas junto ao setor produtivo, a outras instituições que ofertam EPT e outras instâncias governamentais, como o Ministério do Trabalho e Emprego” (Demai, 2019, p. 29). Com essas preocupações, haviam sido organizadas, em 2006, reuniões de trabalho e edições do Fórum de Educação Profissional, realizadas ainda hoje, envolvendo as principais instituições que desenvolvem formação técnica e tecnológica no estado de São Paulo: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/IFSP, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo (Senai São Paulo), Associação Nacional de Educação Tecnológica/ANET, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial /Senac São Paulo, Conselho Regional de Química 4ª. Região /CRQ 4a. Região, Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de São Paulo, Sindicato dos Tecnólogos do Estado de São Paulo. A partir de 2008, são realizadas duas edições anuais, nas quais são trabalhados temas de relevância para a EPT, com ênfase em diagnósticos da situação do EPT no estado de São Paulo e no país, e no planejamento curricular, concepções e práticas de elaboração de desenhos

curriculares a respectivos itinerários formativos e planos de curso. Os eventos contam com uma média de 200 participantes, entre professores e gestores educacionais e são sediados pelas instituições que compõem o Fórum (DEMAI, 2019, p. 81-82).

Em 2012, é implementado o Programa da Rede de Ensino Médio Técnico – Rede/Vence (Decreto 57.121, de 11-7-2011, com alterações introduzidas pelo Decreto 58.185, de 29-6-2012 e Resolução SE 78, de 30/07/2012). A oferta do ensino médio contava com componentes curriculares da base nacional comum, da parte diversificada e da formação profissional de nível médio, desenvolvidos pelas escolas públicas estaduais e unidades do Centro Paula Souza, mas “organizados numa única e indivisível matriz curricular”. De acordo com a Resolução SE 7, de 20/01/2026, 25 escolas estaduais, em diferentes municípios, faziam parte deste Programa, uma espécie de correlato paulista do Proeja (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade EJA, decreto n. 5840, 2006).

Por fim, em 2018, a partir das disposições da Lei Federal n. 13145, de 2017, que reformulou o Ensino Médio, o CPS implantou um novo modelo de Ensino Médio, com a previsão de itinerários formativos, constituídos por componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular /BNCC combinada com uma parte diversificada. As “matrizes temáticas” estão sendo definidas pelo Grupo de Formulação e Análises Curriculares/Gac, em implantação a partir de 2018.

Considerações Finais

Os elementos históricos da organização do ensino técnico de nível médio no CPS indicam que a elaboração e reelaboração dos currículos ocorreram conforme a legislação federal, com ajustes propiciados pelas injunções do Governo do Estado de São Paulo e pela autonomia relativa da instituição na organização pedagógica, além da administrativa e financeira. Os processos de conformação curricular na EPT deram-se por meio do desenvolvimento prioritário de parcerias com o setor produtivo, contando, nesses 20 anos, com 112 parceiros, que passaram de 4, em 2000, para 37, em 2017 e 70, em 2018, o que evidencia crescente aproximação entre escola e mercado. Contribuindo com os objetivos do projeto mais amplo ao qual se integra, a pesquisa pretende aprofundar o exame das relações entre o governo estadual, e mais claramente entre a SEDUC, a SDECTI, o CPS e o setor privado. Ao mesmo tempo, propõe-se examinar as implicações pedagógicas e políticas do paradigma que orienta a proposta curricular da EPT em todo o período (mesmo durante a vigência das CNTC de 2008), e conforma, hoje, os aproximadamente 100 cursos de nível médio técnico, em diferentes modalidades – concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, integrada ao Ensino Médio, especialização técnica, qualificação profissional, qual seja, o modelo das competências (cognitivas, profissionais e pessoais), e de temas mais recentes, como “empreendedorismo”, abordados transversalmente ou explicitamente em todos eles.

Referências

BRASIL/MEC/ Resolução CNE/CEB m. 4, de 8 de novembro de 2000, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Disponível em <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 20/05/2019.

BRASIL/MEC. Educação Profissional: referências curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Brasília: MEC, 2000. <http://portal.mec.gov.br> Acesso em 19/05/2019.

BRASIL/MEC/CNTC. Catálogo nacional de Cursos Técnicos. 2008 (2012, 2014 e atualizações) .Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. . Acesso em 20/05/2019.

BRASIL/MINISTÉRIO DO TRABALHO/CBO. Classificação Brasileira de Ocupações, 2002 e atualizações. Disponível em: www.mte-cbo.gov.br/ Acesso em 20/05/2019.

BRESSER-PERREIRA, L. C. *Reforma do Estado para a Cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo / Brasília: Editora 34 / ENAP, 1998.

CNM/ REDE UNITRABALHO. Diagnóstico da Formação Profissional. Ramo Metalúrgico. São Paulo: CNM/Rede Unitrabalho, 1999.

DEMAI, F. Missão, concepções e práticas do grupo de formulação e análises curriculares (GFAC), In: ARAUJO, A.; DEMAI, D. (orgs.). *Currículo Escolar em Laboratório: a Educação Profissional e Tecnológica*. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019.

DOWBOR, L. A crise financeira sem mistérios: convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais. *Economia Global e Gestão*, Lisboa, v. 13, n. 3, p. 9-38, 2008.

GRAMSCI A. (1999). *Cadernos do Cárcere*, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho, RJ: Civilização Brasileira, 1999.

MACHADO, L. Organização da Educação Profissional e tecnológica por eixos tecnológicos. *Linhas Críticas*, Brasília, DF, v. 16, m.30, p. 80-108, jan-jun. 2010.

MORAES, R. C. C. O liberalismo clássico, o mercado e a intervenção estatal. *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, n. 57M p. 709-725, 1996.

ⁱ Participam pesquisadores das seguintes instituições de ensino superior: USP, Unicamp, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do ABC, Universidade Federal de São Paulo, Instituto Federal de São Paulo, Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Faculdade Zumbi dos Palmares, Universidade Estadual Paulista, professores, diretores e supervisores da educação básica pública.

ⁱⁱ De acordo com a Resolução SE n. 18, de 2 de maio de 2019, a sigla da Secretaria da Educação – SEE-SP, passou a ser SEDUC-SP.

ⁱⁱⁱ Ofício GS n. 100/2014, processo SEE n. 2.737/0000/2014, fls. 8-13. Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação.

^{iv} Ofício GS n. 100/2014, processo SEE n. 2.737/0000/2014, fls. 8-13. Dados obtidos via Lei de Acesso à Informação.

^v Pesquisa intitulada “Política educacional na rede estadual paulista (1995 a 2018)” financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAPESP), por meio do processo número 2018/09983-0.

^{vi} Sobre o Centro Paula Souza, disponível em <https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza>

^{vii} A respeito noção de Estado, consultar Gramsci, A. (1999).

^{viii} Os cursos passavam a ter periodicidade semestral e duração de 1500 horas aulas que acrescidas de 400 horas de estágio perfaziam um total de 1.900 horas aula (CNM/Rede Unitrabalho, 1999, p. 237).